

**ESCOLA COM HOMOFOBIA:  
ANALISANDO UM DISCURSO  
DA IDEOLOGIA CONSERVADORA**

Amanda Leal Castelo Branco (UFV/UENF)

[amandalealcb@gmail.com](mailto:amandalealcb@gmail.com)

Sharlys Jardim da Silva Santos (UNESA/UENF)

[sharllys jardim@hotmail.com](mailto:sharllys jardim@hotmail.com)

Shirlena Campos de Souza Amaral (UFENF)

[shirlenacs@gmail.com](mailto:shirlenacs@gmail.com)

**RESUMO**

Historicamente os homossexuais sofreram e ainda sofrem preconceitos, e vários tipos de violência: verbal, física, moral e até mesmo sexual. Tendo em vista esse fato, o Governo Federal, a partir do ano de 2004, em parceria com os movimentos em prol dos direitos humanos e movimentos civis organizados como LGBT, uniram-se democraticamente, para expor e requerer da sociedade o direito à diversidade e à liberdade sexual. Parte das ações foi o caderno *Escola sem Homofobia* e um kit de ferramentas educacionais que o acompanhava para compor uma base teórica e material, por meio da qual, o Ministério da Educação pretendia formar trabalhadores da educação atentos às questões de gênero e sexualidade. Tanto o caderno quanto o kit foram alvos de críticas, especialmente, por setores conservadores da sociedade e do congresso nacional. Nesse contexto, insere-se a reportagem intitulada: “*Serra diz que cartilha anti-homofobia do MEC estimula bissexualismo*”, publicada no jornal *O Globo*, em sua versão online de 16/10/2012. Essa reportagem foi objeto dessa análise do discurso que objetivou evidenciar a construção ideológica presente na mesma. O contexto era de disputa eleitoral entre José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Fernando Hadadd do Partido dos Trabalhadores (PT) pela prefeitura de São Paulo. Realçando o tom de disputa a reportagem abordou de maneira enfática a opinião contrária de José Serra a respeito do caderno *Escola Sem Homofobia* e do kit pedagógico elaborados na gestão de Fernando Hadadd no Ministério da Educação, afirmando que ambos estimulavam a prática do bissexualismo. Diante disso, constatamos que a reportagem assumiu a ideologia conservadora, ligada à manutenção das ideias morais e conservadoras presentes na sociedade e colocou-se contrária à ideologia de gênero ou “ideologia da ausência de gênero”, pautada na ideia de que a sexualidade humana é parte das construções sociais e culturais.

**Palavras-chave:** Homofobia. Análise do discurso. Sexualidade.

**1. Apresentação**

Historicamente os homossexuais foram e ainda são vítimas de preconceito, discriminação, bem como violência verbal, física, moral e até mesmo sexual. De acordo com Souza e Camargo (2011), embora a

escola seja um espaço privilegiado para a discussão das temáticas relacionadas ao corpo, gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, esta tem proferido discursos hegemônicos, que não contribuem para a superação dessa problemática.

A partir da segunda metade dos anos 80, no Brasil, a sexualidade (e a homossexualidade) passou a ser discutida em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. Essa inserção foi oportunizada pela preocupação com o combate a doenças sexualmente transmissíveis e fez com que organismos oficiais como o Ministério de Educação e Cultura, passassem a estimular projetos de educação sexual. Nessa direção, em 1996, o Ministério da Educação (MEC) incluiu a orientação sexual como tema transversal, nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*.

Vale notar, contudo, que as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano sua associação ao prazer e à vida. (TREVISAN, 2000, *apud* LOURO, 2001)

Nesse sentido, observamos que de maneira geral as temáticas corpo, gênero e sexualidade, na escola educação básica, têm sido tratadas em uma perspectiva puramente biologicista, privilegiando as discussões, anatômicas, fisiológicas, reprodutivas e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Essa abordagem embora legítima ignora que o corpo é mais que pura biologia, é também fruto das práticas sociais e da historicidade de suas relações (SOUZA & CAMARGO, 2011). Ao mesmo tempo, desconhece que “gênero e sexualidade são construídos por meio de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado”. (LOURO, 2008, p. 17)

Entendemos que na medida em que a escola e outras instituições desconsideram os aspectos sócio/histórico e culturais acabam por manter-se neutras perante problemáticas como a violência contra mulher, o mito das diferenças de gênero; impossibilita aos educandos uma postura reflexiva em relação às novas conjugalidades (LOURO, 2008) e contribui para a naturalização da heteronormatividade, termo utilizado para descrever situações nas quais identidades sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. A heteronormatividade impõe o entendimento de que os seres humanos recaem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea, pressupondo que relações sexuais e maritais são normais somente entre pessoas de sexos diferentes (BENTO, 2006). Além disso,

o conceito de heteronormatividade embasa e subsidia o preconceito, a discriminação e a violência contra indivíduos que fogem à norma heterossexual.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que na medida em que a escola ignora essa problemática, ela está, ao mesmo tempo, descumprindo “sua reconhecida função social de promoção da cidadania e redução da vulnerabilidade social da juventude brasileira” (GESSER et al., 2015, p. 559). Tendo em vista toda essa problemática e buscando transformações no tratamento social das questões que envolvem a sexualidade, o Governo Federal, a partir do ano de 2004, em parceria com os movimentos em prol dos direitos humanos e movimentos civis organizados como LGBT, uniram-se democraticamente, para expor e requerer da sociedade o direito à diversidade e à liberdade sexual (NOTA OFICIAL, 2011). Parte das ações foi o “Kit Escola sem Homofobia”, por meio da qual, o Ministério da Educação pretendia formar trabalhadores da educação atentos às questões de gênero e sexualidade e promover ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais.

O “Kit Escola sem Homofobia” foi alvo de críticas, especialmente por setores conservadores da sociedade e do congresso nacional. Parte dessas críticas podem ser observadas na reportagem: “Serra diz que cartilha anti-homofobia do MEC estimula bissexualismo”, publicada no jornal *O Globo*, em sua versão online de 16/10/2012, a qual é trazida nesse artigo como objeto de análise de discurso, com o objetivo de evidenciar a ideologia conservadora presente na mesma.

## **2. *Corpo, gênero e sexualidade: abordagens na escola da Educação Básica***

De uma maneira geral, as temáticas corpo e sexualidade são tratadas na educação básica apenas no âmbito das disciplinas de ciências e/ou biologia, privilegiando os aspectos fisiológicos, anatômicos e genéticos que os envolve, focalizando, as diferenças anatômicas e fisiológicas do aparelho reprodutor masculino e feminino, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. Essa compreensão biologicista do corpo implica no entendimento de gênero e sexualidade como algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano (LOURO, 2000), contribuindo, assim, para a institucionalização da normalidade compulsória da heteronormatividade “que visa regular e normatizar modos de ser e

de viver os desejos corporais e a sexualidade” (PETRY & MEYER, 2010). De acordo com Louro Petry e Meyer (2010, apud Louro, 1999), há uma lógica na representação da sexualidade que definiria uma coerência “natural” e “intrínseca” entre sexo – gênero – sexualidade. Em outras palavras, cada sexo só poderia interessar – se pelo sexo oposto configurando uma sexualidade heterossexual. Este interesse seria ratificado pela possibilidade de procriação.

Sobre o conceito de heteronormatividade, Petry e Maeyer (2010), tomando o vocábulo “norma”, afirmam que heteronormatividade diz respeito a algo que regula e que busca tornar igual. ‘Norma’ está associada ao ‘normal’, ou seja, aquilo que segue uma norma. Assim, pode-se compreender o “termo heteronormatividade como aquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade para designar como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes” (PETRY & MEYER, 2010, p. 196) e, por conseguinte, anormal a prática sexual entre indivíduos do mesmo sexo.

Todavia, deslocando a discussão de uma perspectiva biológica para uma perspectiva social e cultural, intelectuais pós-críticos como Michael Foucault, Simone de Beauvoir, dentre outros, por meio de suas reflexões, buscam destituir discursos construídos, que naturalizam desigualdades, preconceitos, discriminação e violência contra mulheres e homossexuais. Nesse contexto, Petry e Meyer (2010) afirmam que a heteronormatividade deve ser problematizada a partir de teorias que assumem as noções de cultura e história para afirmar que “não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente”. (LOURO, 2008, p. 22)

Assim, para Meyer (2004), gênero remete a todas as formas de construção social e cultural de processos que diferenciam homens e mulheres. Para a pesquisadora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Constantina Xavier Filha, gênero é uma categoria política e analítica. É a construção social e cultural de masculinidades a partir das diferenças sexuais. Nesse sentido, o gênero é uma ferramenta de desnaturalização e estranhamento das desigualdades e nos oferece outra forma de compreensão do corpo, da sexualidade e das identidades sexuais. (XAVIER FILHA, 2014)

Nessa perspectiva, o corpo passa a ser compreendido não apenas

como um dado natural e biológico, mas, sobretudo, como produto de um intrínseco inter-relacionamento entre natureza e cultura. “O corpo resulta de uma construção cultural sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, geracionais, entre outros”. (SOUZA & CAMARGO, 2011)

Da mesma forma, a sexualidade, ou seja, a forma de se expressar os desejos e prazeres deixa de ser algo “dado”, “acabado” e “natural” e passa a ser compreendida como uma prática envolta por “rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções. Um processo profundamente cultural e plural. (LOURO, 1999). A sexualidade, afirma Foucault (1988, *apud* LOURO, 1999), é um “dispositivo histórico”, ou seja, é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo.

Nesse sentido, compreender corpo, gênero e sexualidade para além de seus aspectos biológicos nos possibilita entender as identidades de gênero e as identidades sexuais. A esse respeito, Louro (2008) afirma que a identidade sexual é uma construção e por isso é contraditória, fragmentada e inacabada. A identidade sexual dos sujeitos se constitui a partir da forma como estes vivem sua sexualidade com parceiros ou parceiras do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros e/ou parceiras.

Sintetizando esses argumentos, podemos afirmar que:

Nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 1999, p. 48)

Ora, compreender as questões de gênero e de sexualidade a partir do ponto de vista das construções culturais e sociais permite á sociedade de um modo geral, e à escola em particular, contribuir para a solução de grandes problemáticas como a violência contra a mulher, as novas configurações familiares, as novas conjugalidades e, sobretudo, questionar, re-fletir e desmistificar a heteronormatividade, responsável pela discriminação, pelo preconceito e pela violência contra sujeitos que possuem iden-

tidades sexuais diferentes da heterossexual.

Se, por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais, por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. (LOURO, 2008, p. 21)

No entanto, Gesser et al. (2015), afirma que ainda predomina nas escolas um processo de pedagogização dos corpos e das sexualidades, que promove a manutenção de padrões binários de masculinidades e feminilidades, considerados saudáveis e legítimos pela Igreja e pelo Estado. Dessa forma a escola acaba por contribuir com a manutenção das desigualdades de gênero (ALÓS, 2011, *apud* GESSER et al., 2015) e do preconceito em relação às pessoas que divergem dos chamados “padrões de normalidade”. (COSTA, 2012, *apud* GESSER et al., 2015)

As críticas às práticas escolares formadores e reprodutores de desigualdades sociais, emergiram discussões acerca da necessidade de se elaborar pedagogias ou práticas educativas não-sexistas (LOURO, 2004). Xavier Filha (2014) propõe uma educação para a sexualidade, entendida como uma prática que busque refletir, problematizar e desconstruir convicções, evidenciando que os discursos, como o da heteronormatividade, são construções culturais e sociais capazes de produzir subjetividades.

Todavia, para não correremos o risco de incorrer em uma visão ingênua, faz-se necessário apontar que existem vários limites à implementação de uma educação para a sexualidade na educação básica. Nesse trabalho trataremos daquele que consideramos o maior deles: a carência de uma formação docente, inicial e continuada, que ofereça aos professores uma base de conhecimento útil à problematização das questões de gênero e sexualidade.

No Brasil, desde a criação dos cursos de licenciatura na década 1930 do século passado, a formação inicial de professores pauta-se na orientação acadêmica, cujo objetivo fundamental é o domínio dos conteúdos específicos das disciplinas de matemática, química, física, biologia e as demais. Os futuros professores recebem uma formação especializada, tecnicista e centrada no domínio de conceitos e na estrutura disciplinar da matéria em que lecionará. De maneira geral, alia-se forte formação científica com uma escassa formação pedagógica (GARCIA, 1999). Assim, não há espaço para as discussões das questões de gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de licenciatura. A universidade e outras

instituições formativas não problematiza a perspectiva biologicista de corpo, gênero e sexualidade tampouco oferece a possibilidade de uma compreensão destes a partir da cultura. Em relação à formação continuada, Gatti (2008) afirma que embora a partir da década de 90, tenha ocorrido um aumento exponencial dos programas ou cursos de formação continuada de professores, a qualidade destes cursos é duvidosa, pois, muitos programas não exigem credenciamento ou reconhecimento e são realizados no âmbito da extensão ou da pós-graduação *lato sensu*.

A nossa percepção de que falta formação inicial e continuada para que professores e professoras possam, por meio de suas práticas pedagógicas, garantir os direitos sexuais no âmbito da educação, é corroborada pelo trabalho de Gesser et al. (2015) que objetivou estudar as concepções de sexualidade de docentes que atuam na educação básica de uma capital do sul do país

(...) as professoras e os professores participantes da pesquisa, na sua maioria, não tiveram acesso à formação inicial e nem à formação continuada relacionada às temáticas de gênero e sexualidade com base em uma perspectiva voltada à garantia dos direitos humanos. Além disso, a maioria das pessoas entrevistadas não conhece os documentos oficiais que norteiam a atuação em sala de aula sobre tais temas. Essa informação mostra a necessidade de rever os currículos dos cursos de graduação de modo que eles abranjam conhecimentos relacionados a gênero e sexualidade e políticas educacionais. (GESSER, et al., 2015, p. 567)

Tendo em vista essa problemática, em 2004, o Governo Federal, no âmbito do programa "Brasil sem Homofobia" criou o programa "Escola sem Homofobia" para auxiliar os educadores/as na abordagem das questões de corpo, gênero e sexualidade. Ambos os programas visam o combate à discriminação e à violência contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, além da promoção da cidadania de homossexuais. O programa "Escola sem Homofobia" foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) na gestão do então Ministro Fernando Hadadd e será abordado a seguir.

### **3. O projeto "Escola sem Homofobia"**

O projeto "Escola sem Homofobia", criado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), tem como objetivo contribuir com ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e à respeitabilidade das identidades sexuais e identidade de gê-

nero no âmbito escolar brasileiro (NOTA OFICIAL, 2011). O projeto tem como foco a formação de educadores para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade na escola.

De acordo com nota oficial do Ministério da Educação, os componentes do Kit de material educativo "Escola sem Homofobia", pejorativamente batizado de "Kit Gay", são: caderno *Escola sem Homofobia*, peça chave do kit, que contempla conteúdos teóricos, conceitos básicos e sugestões de práticas pedagógicas para o educador (a) trabalhar o tema da homofobia em sala de aula/na escola/na comunidade escolar visando à reflexão, a compreensão, o confronto e eliminação da homofobia no ambiente escolar. Os boletins *Escola sem Homofobia*, destinados às/aos estudantes que discute assuntos relacionados ao tema da sexualidade, diversidade sexual e homofobia. Audiovisuais que promovem por meio da ficção, a reflexão crítica sobre como as expectativas de gênero e de sexualidade são culturalmente e socialmente construídas. E cartazes e cartas para gestores (as) e educadores (as) com a finalidade de divulgar e apresentar o projeto para a escola e para a comunidade escolar.

Esse kit pedagógico, no entanto, foi alvo de polêmicas, especialmente em função de discursos de setores conservadores da sociedade que afirmaram que o projeto "Escola sem Homofobia" induzia identidades sexuais diferentes da heterossexual. Assim, após pressão de setores fundamentalistas da sociedade, em 2011 o programa foi vetado, sob acusação de doutrinador e propagador de uma "ditadura gay".

O discurso de uma ideologia conservadora: a reportagem "Serra diz que cartilha anti-homofobia do MEC estimula bissexualismo: Para tucano, Haddad 'torrou' dinheiro do governo com kit e 'levou pito' de Dilma".

Conforme exposto, o projeto "Escola sem Homofobia" desencadeou reações contrárias de setores fundamentalistas e conservadores da sociedade brasileira. Essas reações podem ser observadas nos discursos proferidos por diferentes personalidades políticas, dentre elas, o então candidato à prefeitura de São Paulo, José Serra, cujo discurso será analisado a seguir.

#### **4. Análise do discurso**

Inicialmente, destacamos que existem vários estilos diferentes de análise do discurso, a partir de diversas tradições teóricas. No entanto,



esses diferentes estilos têm em comum a rejeição à noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, além de uma convicção acerca da importância central do discurso na construção da vida social. (CAREGNATO & MUTTI, 2006)

No presente trabalho, embasamo-nos na tendência de análise do discurso advinda da escola francesa, que “articula o linguístico com o social e o histórico, na qual a linguagem é estudada não apenas enquanto forma linguística, mas também forma material da ideologia. Além de que é no contato do histórico com o linguístico, que se constitui a materialidade específica do discurso”. (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 680)

Para a pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Helena Hathsue Nagamine Brandão, no trabalho intitulado “Introdução à Análise do Discurso” (BRANDÃO, 2009), o discurso é conceituado como toda atividade comunicativa entre interlocutores. É uma atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes. O falante/ouvinte ou o escritor/leitor, por sua vez, são seres situados em um tempo histórico, em um espaço geográfico e pertencem a uma comunidade. Nesse sentido, carregam a ideologia do grupo ao qual pertencem e as veiculam em seus discursos. Portanto, não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. (BRANDÃO, 2009)

Segundo Azambuja (2009), a análise do discurso se faz na confluência entre a linguística e as ciências sociais. Por um lado, a análise do discurso interroga a linguística que exclui o que é histórico e social; e, por outro lado, a linguística interroga as ciências sociais que tende a desconsiderar a linguagem em sua materialidade. Para Brandão (2009) um conceito fundamental para a análise do discurso é o de condições de produção, ou seja, conjunto dos elementos que cerca a produção de um discurso, são eles: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, e a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando.

Ademais, o discurso é um dos lugares em que a ideologia se manifesta e se concretiza por meio da língua. Assim, Brandão (2009) destaca outro elemento fundamental da análise do discurso: a formação ideológica ou o conjunto de atitudes e representações ou imagens que os falantes têm sobre si mesmos e sobre o interlocutor e o assunto em pauta. Essas atitudes, representações e imagens, por sua vez, estão relacionadas com a posição social de onde falam ou escrevem, têm a ver com as relações de

poder que se estabelecem entre eles e que são expressas quando interagem entre si. É nesse sentido que a autora afirma que podemos falar em uma formação ideológica colonialista, capitalista, neoliberal, socialista, religiosa, dentre outras. “A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar”. (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 681)

Por fim, Caregnato e Mutti (2006), partindo do princípio que a análise do discurso trabalha com o sentido, sendo o discurso heterogêneo marcado pela história e ideologia, entendem que a análise do discurso não irá descobrir nada novo, apenas fará uma nova interpretação ou uma releitura. Além disso, a análise do discurso mostra como o discurso funciona, sem a pretensão de dizer o que é certo, porque isso não está em julgamento.

**5. *Serra diz que cartilha anti-homofobia do MEC estimula bissexualismo: Para tucano, Haddad "torrou" dinheiro do governo com kit e "levou pito" de Dilma***

A reportagem supracitada foi publicada no jornal O Globo, em sua versão online de 16/10 /2012. O contexto era de disputa eleitoral entre José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Fernando Hadadd do Partido dos Trabalhadores (PT) pela prefeitura de São Paulo. José Serra<sup>95</sup>, o falante, nasceu no bairro da Mooca, em São Paulo, em 19 de março de 1942. Em 1960, ingressou no curso de engenharia civil da Universidade de São Paulo (USP), onde iniciou sua militância política no movimento estudantil. Em 1962, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, no mesmo ano, foi um dos fundadores da AP (Ação Popular), organização de esquerda ligada à Igreja Católica.

Com o Golpe Militar de 1964, José Serra fugiu do Brasil e regressou em 1977, impetrando uma candidatura a deputado pelo Movimento Democrática Brasileiro (MDB), impugnada pelo regime no ano seguinte.

---

<sup>95</sup> A biografia de José Serra aqui apresentada foi redigida com base nas informações disponíveis no site: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/pre-candidatos/conheca-a-trajetoria-de-jose-serra-pre-candidato-a-presidencia-pelo-psdb.jhtm>.

Na década de 1980, coordenou o programa de governo de Franco Montoro (PMDB) ao governo do Estado de São Paulo; eleito, Montoro colocou Serra à frente da Secretaria Estadual de Planejamento. Deixou o cargo em 1986 para disputar – e ganhar – uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Foi um dos fundadores, em 1988, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 1990, retornou à Câmara dos Deputados e, em 1994, elegeu-se senador. No ano seguinte, assumiu o Ministério do Planejamento. Deixou o cargo em 1996, para disputar pela segunda vez a Prefeitura de São Paulo. Serra assumiu em 1998, o Ministério da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), onde ganhou popularidade por conta da implementação dos remédios genéricos e da criação de um programa de combate a AIDS reconhecido internacionalmente. Deixou o cargo no início de 2002, para se candidatar à Presidência da República. Chegou ao segundo turno, mas foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2005, assumiu a Prefeitura de São Paulo após derrotar a petista Marta Suplicy. Um ano depois, saiu do posto para concorrer ao governo do Estado paulista. Eleito, permaneceu governador até maio de 2010, quando se lançou pela segunda vez como pré-candidato à Presidência da República. Derrotado, em 2012, enfrentou Fernando Haddad na disputa pela prefeitura de São Paulo e foi novamente derrotado.

A breve trajetória política de José Serra, aqui apresentada, evidencia duas características que consideramos fundamentais para analisar o seu discurso da reportagem “Serra diz que cartilha anti-homofobia do MEC estimula bissexualismo: para tucano, Haddad torrou dinheiro do governo com kit e ‘levou pito’ de Dilma”: a primeira é sua participação na fundação da Ação Popular, AP. Em relação à AP, Teixeira (2009) afirma que este foi o principal grupo político de origem católica no âmbito das esquerdas, que buscava, de um lado, abrir maior espaço de atuação dos leigos no interior da Igreja e, de outro, aumentar a influência da Igreja na sociedade. A segunda característica é sua histórica oposição e disputa eleitoral com candidatos do PT.

Nesse sentido, como pode ser observado a seguir, na reportagem supracitada o discurso de José Serra transparece essas questões: “A cartilha do MEC estimula a prática do bissexualismo. (...) Ela não é cartilha contra o preconceito. Ela induz um certo tipo de comportamento sexual e fala “é mais vantajoso você ter duas opções sexuais”. (RIBEIRO, 2012)

A fala apresentada, explícita uma ideologia conservadora<sup>96</sup>, ou seja, uma ideologia ligada à manutenção dos valores sociais, culturais e morais da sociedade. A ideologia conservadora se opõe à ideologia de gênero ou da “ausência de gênero” e entende a sexualidade simplesmente no âmbito da biologia, tendo como um dos principais argumentos – a procriação humana.

Ora, o conservadorismo não apenas impede a expressão e a liberdade plena de identidades sexuais diferentes da heterossexual, como também, favorece, e em alguns casos, estimula o preconceito, a discriminação e a violência contra homossexuais. Nos dizeres de Guacira Lopes Louro “hoje, as chamadas “minorias” sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores”. (LOURO, 2001, p. 542)

Além de veicular uma ideologia conservadora, algumas das falas de José Serra, a respeito do “Kit Escola Sem Homofobia” evidencia o embate eleitoral como Fernando Haddad, pela prefeitura de São Paulo.

O Haddad fez isso (elaboração da cartilha) gastando R\$ 800 mil. A presidente Dilma vetou a cartilha com argumento semelhante ao que estou dando aqui. (...). O TCU está cobrando. O Haddad torrou dinheiro por incompetência. O problema é que ele é fraco como administrador. Perdeu dinheiro e levou um pito da Dilma – disse Serra. (RIBEIRO, 2012).

Com base nesses argumentos, observamos que embora as críticas de caráter conservador ao “Kit Escola Sem Homofobia” tenham sido o tema gerador do discurso, a disputa eleitoral e o ataque ao opositor foi potencializado, a ponto de consideramos que o foco principal das críticas ao “Kit Escola Sem Homofobia”, para além da defesa de valores morais, foram as questões eleitorais e eleitoreiras que perpassam a sociedade brasileira. Independente da motivação das críticas ao Kit e à “ideologia de ausência de gênero”, o fato é que este foi vetado e, desde então, poucas ações foram implementadas para que a escola deixe de reproduzir discursos hegemônicos e culturalmente construídos.

## **6. Considerações finais**

O objetivo do presente trabalho foi evidenciar, por meio da Análise do Discurso, a construção ideológica presente na reportagem “Serra

---

<sup>96</sup> Consulta ao site: <http://www.significados.com.br/ideologia/>

diz que cartilha anti-homofobia do MEC estimula bissexualismo: Para tucano, Haddad ‘torrou’ dinheiro do governo com kit e ‘levou pito’ de Dilma”.

Após estabelecermos um diálogo com referenciais teóricos que apontam a necessidade de a escola superar a visão puramente biológica, anatômica e fisiológica do corpo e da sexualidade humana, evidenciamos que o discurso analisado assumiu a ideologia conservadora, ligada à manutenção das ideias morais e conservadoras presentes na sociedade. Tal ideologia é contrária à ideologia de gênero ou “ideologia da ausência de gênero”, pautada na a ideia de que a sexualidade humana é parte das construções sociais e culturais.

Evidenciamos ainda, que a reportagem analisada se encontra repassada por questões de cunho eleitoral e eleitoreiro. Essa observação é respaldada pelo contexto de sua produção: a disputa entre José Serra do PSDB, o falante, e Fernando Hadadd, do PT, o Ministro da Educação, na ocasião da elaboração do “Kit Escola Sem Homofobia”.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÓS, Anselmo Perez. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 19, n. 2, p. 421-449, maio-agosto/2011.

AZAMBUJA, Elizabete Beatriz. Análise do discurso: princípios e procedimentos [resenha]. *Revista virtual de letras*, vol. 1, n. 1, p. 200-2004, 2009.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo*: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond. 2006.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Analisando o discurso*. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2009. Disponível em: <[http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto\\_1.pdf](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf)>. Acesso em: 08-2015.

CARAGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. *Revista Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, vol. 4, n. 6, p. 679-84, out./dez.2006.

COSTA, Angelo Brandelli. *Preconceito contra orientações não heterossexuais no Brasil*: critérios para avaliação. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). – Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad.: Maria Thereza de Costa Albuquerque e J. A. Quilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.

GATTI, Bernadete Angelina. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 13, n. 37, p. 57-69, jan./abr. 2008.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na Educação Básica. *Psicologia & Sociedade*, vol. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. Corpo, escola e identidade. *Educação & realidade*, Porto Alegre, vol. 25, p. 59-76, jul./dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Teoria queer: uma política pos-identitária para a educación. *Cuaderno de Pedagogía*, Rosário, vol. 4, n. 9, p. 07-20, 2001.

\_\_\_\_\_. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Revista Pro-Posições*, vol. 19, n. 2 (56), Campinas, maio/ago. 2008.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Trans-sexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, vol. 10, n. 1, p. 193-198, jan./jul.2011.

RIBEIRO, Marcelle. Serra diz que cartilha anti-homofobia do MEC estimula bissexualismo – para tucano, Haddad ‘torrou’ dinheiro do governo com kit e "levou pito" de Dilma. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18/10/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/serra-diz-que-cartilha-anti-homofobia-do-mec-estimula-bissexualismo-6413944>>. Acesso em: 01-12-2015.

SOUZA, Nádia Geisa Silveira de; CAMARGO, Tatiana Souza de. O corpo no ensino de ciências: serão possíveis outras abordagens? In: SIL-

VA, Fabiane Ferreira da; MELLO, Elena Maria Biling. (Orgs.). *Corpos, gêneros, sexualidade e relações étnico-raciais na educação*. Uruguaiana: Unipampa, 2011, p. 28-41. Disponível em:

<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2013/07/Corpos-2011.pdf>. Acesso em: 02-12-2015.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. Os cristãos e as esquerdas nos anos 1960: uma historiografia da Ação Popular. Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella (Org.). In: *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: Aprender com a História?* Ouro Preto: Edufop, 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2000.

XAVIER FILHA, Constantina. Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. *Revista Educar em Revista*, vol. 1, p. 153-169, 2014.